

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

*O Estado de São Paulo*

Class.:

*RO 150*

Data:

*11.07.86*

Pg.:

# Rondônia denuncia ação do Exterior em reserva

**ARQUIMEDES FERNANDES**

O governador de Rondônia, Ângelo Angelim, denunciou ontem em São Paulo a interferência "internacional" na criação de reservas indígenas em seu Estado, mesmo sem a presença de índios, "o que fere a nossa soberania". E mais: a existência de mineradoras estrangeiras e o interesse delas em explorar minério nessas reservas, "onde há sempre um geólogo de outro país". Angelim quer uma mudança radical no Código Mineral, que hoje permite a concessão de alvarás de pesquisas "sem nenhum critério", prejudicando o desenvolvimento do Estado.

Hoje, 14 milhões de hectares — dos 28 milhões existentes no Estado — de Rondônia estão com alvará de pesquisa, segundo informações do governador, mas a maioria dos que detêm as concessões não pesquisa nada e proíbe outras pessoas de explorar a terra. Na verdade, segundo Angelim, eles ficam à espera de que algum garimpeiro venha, no futuro, a fazer alguma grande descoberta, para só então os donos das concessões resolverem aplicar seu capital. "Qualquer pessoa — disse Ângelo Angelim — pode requerer o alvará para extrair minério", acrescentando que há um prazo de 60 dias para o início dos trabalhos e dois anos para a conclusão. "Caso ele não execute — continua o governador —, volta ao DNPM, que renova a concessão. E isto precisa acabar. Tem de haver algum critério."

O governador de Rondônia disse que não tem autonomia para interferir na concessão de alvarás, "porque isto é um problema do Ministério das Minas e Energia". Ele lembrou que existem três grandes mineradoras no Estado — Brascan, Taboca-Paranapanema e Brumadinho — que já estão conscientizadas em recompor as áreas danificadas, promovendo o reflorestamento. Mas há outras, "que não sei nem o nome", disse Angelim, espalhadas pela seiva amazônica no Estado, muito bem organizadas, que extraem o minério, levando-o para fora do País.

Uma delas, segundo denúncia do governador de Rondônia, é uma mineradora com origem na África do Sul. Ela está interessada em descobrir o quimberlito, a rocha matriz do diamante, que acredita existir na região. E enquanto não a encontra a empresa leva as pedras que acha nos rios. A denúncia do governador baseia-se nas informações dos garimpeiros que já trabalharam para essa empresa — que tem boa

estrutura, helicópteros e aviões — e já foi levada ao conhecimento do DNPM.

### RESERVAS INDÍGENAS

Outro problema sério que Ângelo Angelim enfrenta em Rondônia é a existência excessiva de reservas indígenas e a ameaça de criação de algumas novas, com áreas já interditadas. "Eu nunca fui consultado sobre o assunto pela Funai, mas, quando vem o decreto, o responsável pela transferência dos colonos e a indenização das lavouras perdidas é o governador do Estado".

Ângelo Angelim citou o caso da reserva dos índios Uru-ueu-au-au, "onde, supõe-se, haja índios, mas até agora eles não foram encontrados". Ela possuía 800 mil hectares e foi aumentada para 1.800.000 hectares. O governo de Rondônia precisou remover 120 famílias de colonos que já estavam na região há anos — alguns há 15 anos — e pagar as indenizações correspondentes. "Se o governador não é consultado e não tem autonomia, também não deve ser o responsável pelos problemas provocados pela Funai", desabafou.

Para o governador, "há um abuso" na criação dessas reservas, principalmente na região de fronteira. Segundo ele, 4.200.000 hectares do Estado são reservas indígenas "para no máximo 1.500 índios". E denunciou: "A Funai consegue o decreto que contraria os próprios direitos dos brasileiros. Só pode haver forças externas por trás disso". Mas não citou de onde elas partiam. "Se eles me disserem que é para preservar as florestas — acrescentou —, eu até entenderia. Mas para índios..."

A mesma preocupação têm os pecuaristas paulistas com investimentos no Estado de Rondônia. O presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mário Junqueira de Azevedo, já pediu ao governo o cancelamento de alvarás de pesquisa e lavra do subsolo das terras indígenas e a reformulação da política indígena brasileira. Junqueira entende que alguns setores da Igreja, ligados ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e à Pastoral da Terra, com o apoio da CNBB, defendem interesses das mineradoras européias, e querem criar na faixa da fronteira um Estado indígena independente, facilitando o contrabando de minério para o Exterior. E lembrou o caso dos índios de Roraima, segundo ele submetidos à escravidão branca por ordem do bispo de Boa Vista, dom Aldo Mogiano, que os obrigava a extrair ouro e outros minérios, "contrabandeados para a Guiana Inglesa".